



Recebido em:
19/07/2017
Aprovado em:
20/07/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

O PAPEL DAS UNIVERSIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA APÓS A IMPLANTAÇÃO DO CAHL/UFRB.

OZANA REBOUCAS SILVA

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO: Neste artigo analisa-se a importância da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e, especificamente, do Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL no processo de desenvolvimento do município de Cachoeira. O trabalho se utilizou de pesquisa bibliográfica, documental, eletrônica e pesquisa em campo com atores locais vinculados aos setores econômicos, educacionais e sociais, visando compreender como essas lideranças percebem a atuação da universidade na cidade. Atualmente, as universidades exercem uma grande contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e a UFRB tem grande relevância no atual contexto de dinamização do município de Cachoeira, de valorização da cultura local e de disseminação do conhecimento.

Palavras chave: Políticas públicas; Desenvolvimento; Educação superior.

ABSTRACT: This dissertation aimed to analyze the importance of the Federal University of Recôncavo da Bahia - UFRB and, specifically, the Arts, Humanities and Languages Centre – AHLC for the development process of *Cachoeira* city. The work is used for bibliographical research, documentary, electronic research, and field research was performed with local actors related to the economic, educational and social sectors in order to understand how these leaders perceive the university's performance in the city. Currently, universities make a great contribution to socioeconomic development and UFRB has great relevance in the current context of the city boosting, appreciation of local culture and dissemination of knowledge.

Keywords: Public policies; Development; College Education.

1. Introdução

A presença de uma universidade pública em uma localidade, principalmente em pequenas e médias cidades, gera um forte impacto nos setores econômico, social, educacional, cultural e político desses espaços, e isso é dependente da relação que a instituição mantém com a comunidade, pois, quanto maior o nível de integração e cooperação que se dá entre instituição e sociedade, maiores se tornarão as transformações socioespaciais.

A implantação da UFRB no Recôncavo se constitui dentro de um projeto de democratização e interiorização da educação superior no Brasil, mas, especificamente, tem um papel fundamental na região do Recôncavo da Bahia, enquanto um elemento-chave para o processo de desenvolvimento regional e local.

Na atual fase de organização da sociedade e da economia, caracterizada pela globalização e pelo período técnico-científico informacional, as universidades possuem fortes desafios, como o de atender às demandas por formação de profissionais mais capacitados ao mercado atual. indicar soluções para os problemas que afligem a vida

em comum, como também, continuar favorecendo o desenvolvimento cultural, político, econômico, social e ambiental de regiões e países, principalmente pela contribuição que essas instituições podem dar no campo da ciência, tecnologia e da inovação.

Nesse contexto, necessário se faz avaliar o papel da universidade enquanto fator de desenvolvimento local e também de indutora de uma maior e melhor equidade no processo de inclusão socioespacial, visto que, a implantação da UFRB no interior do Estado, no modelo multicampi, instalada em diversas cidades, como Cachoeira, Amargosa e Feira de Santana, também está relacionado com o processo de ampliar os mecanismos de justiça espacial através da democratização e ampliação de direitos e recursos necessários à promoção do desenvolvimento para um maior número de pessoas por meio da educação superior. Assim, conforme analisa Catalão (2008):

A justiça espacial é, então, conceituada enquanto distribuição justa e democrática de benefícios e recursos no espaço (CRITICAL PLANNING, 2007). Contudo, essa conceituação pode parecer redutora e é preciso ser aclarada. Não se trata apenas de uma simples análise de localização de bens, pois nela está implícito o entendimento do espaço como produto/ produtor de relações sociais, o que nos leva a pensar que o espaço nunca é inerte ou inocente aos acontecimentos e às formas que ele abriga (LEFEBVRE, 1977), estando “preso” na dialética com a sociedade e sendo, portanto, “impedido” por essa dialética de “atuar” apenas como receptáculo indiferente dos fenômenos (CATALÃO, 2008, p. 36).

A problemática central desse estudo se coloca com a questão: a UFRB, como instituição de ensino superior, tem se constituído em vetor de desenvolvimento local para o município de Cachoeira

A intenção é reconhecer a importância do desenvolvimento local e das políticas públicas que se relacionam com este tema e, especificamente, qualificar o papel da UFRB como agente de desenvolvimento socioespacial.

Desenvolvimento Local e Humano.

As concepções contemporâneas sobre desenvolvimento trazem discussões acerca de noções e aspectos relacionados as localidades, à participação da sociedade civil, aos conselhos, cidades, sustentabilidade, governança local, organizações do terceiro setor, organizações em rede, cidadania, entre outros.

O movimento que promoveu maior influência dos aspectos locais, internos e endógenos ao desenvolvimento de países e regiões se fortaleceu por importantes mudanças na economia internacional, motivada pelo enfraquecimento do modelo de produção industrial fordista, do baixo crescimento econômico mundial, da revolução tecnológica, do fim do ciclo do Estado planejador com base na teoria keynesiana de gestão da macroeconomia dos países ocidentais, e o enfoque na teoria neoliberal, que retoma a ideia de um mercado mais forte e independente do planejamento estatal. Além disso, o desenvolvimento até então proposto para os países subdesenvolvidos, baseado em planos governamentais de industrialização, de cima para baixo, como realizado no Brasil, não refletiu em mudanças reais e sustentáveis nos índices de pobreza, como também, se verificaram processos de concentração industrial que promoveram uma maior concentração de renda e desigualdades regionais.

Desta forma, o desenvolvimento local, conforme sinaliza Lopes (2003, p. 44), busca ser uma alternativa proativa e propositiva no contexto de internacionalização da economia mundial, da ideologia neoliberal e das diversas necessidades das populações de países que enfrentam graves problemas sociais como desemprego, exclusão social, baixo desenvolvimento tecnológico e educacional.

É importante salientar que para autores como Brose (2000) e Amaral Filho (2001), a atuação do Estado não pode ser negligenciada, pois as questões macroeconômicas da economia são fundamentais para promover a estabilidade

econômica necessária para permitir que ações de cunho mais interno, porém conectadas com a economia nacional e global, possam ter as condições mínimas de desenvolvimento.

Segundo Brose (2000), o desenvolvimento na sua perspectiva local, mas também humana e sustentável qualquer que seja sua adjetivação, “depende de uma complexa, demorada e contínua interação e sinergia entre fatores econômicos, políticos, sociais e culturais para acontecer” (Brose, 2000, p. 10). Desta forma, o desenvolvimento não é fruto apenas do crescimento econômico ou das ações de um Estado centralizador e indutor de ações para o desenvolvimento de “cima para baixo”, mas das complexas e dinâmicas relações horizontais entre os diversos atores sociais que se tornam fontes de poder para gerar uma rica participação da comunidade em prol de uma melhor qualidade de vida.

Este modelo alternativo de desenvolvimento regional, que surge a partir das transformações econômicas e políticas que estavam ocorrendo no mundo capitalista, é marcado pela ampliação de poder dos atores locais, e na perspectiva da valorização das potencialidades socioeconômicas e humanas do território, no modelo de “baixo para cima”.

O conceito de desenvolvimento humano se fortaleceu a partir dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH) e da criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1990 em contraponto ao PIB per capita, tido como insuficiente para medir o desenvolvimento para além do crescimento econômico.

A base teórica que influenciou o paradigma do desenvolvimento humano utilizado por diversas organizações internacionais, como a ONU, para apoiar a construção de novas políticas públicas de combate à pobreza e a fome nos países pobres tiveram como fundamento as ideias defendidas pelo economista Amartya Sen. Para Sen (2007), a qualidade de vida[] das pessoas deve ser considerada como o objetivo fundamental do processo de desenvolvimento. Portanto, ele considera que o crescimento econômico, através do crescimento do PIB e da renda real, não é suficiente para obter padrões de desenvolvimento que contemplem a melhoria de vida dos indivíduos, visto que a prosperidade econômica é um meio para qualificar a vida humana e não um fim em si mesmo.

Um importante exemplo com base na proposta de capacitações de Sen, enquanto base fundamental para a qualidade de vida, é a capacitação relacionada ao fator educação, ou seja, capacidade de ler e escrever, de cursar uma universidade, de desenvolver uma habilidade, de compreender melhor o mundo. O desenvolvimento de políticas públicas que melhorem o acesso e a qualidade da educação para todas as crianças e jovens possibilita a transformação da vida de cada indivíduo e de sua família, melhorando as estatísticas de qualidade de vida do país.

Neste sentido, a expansão da capacitação, notadamente pela educação, é fundamental para a mudança social, pois contribui, dentre outros benefícios, para o desenvolvimento social, para a diminuição da desigualdade de gênero e para aumentar e qualificar a participação popular em torno das decisões políticas.

O modelo de desenvolvimento humano difundido por organizações internacionais como o Banco Mundial e a ONU, com base nas concepções de Amartya Sen, passa por análises e críticas de autores nas áreas da economia e das ciências sociais. Mendonça (2012) afirma que este modelo, de concepção neoliberal, não é uma alternativa de enfrentamento para acabar com o subdesenvolvimento e as desigualdades no mundo, serve para melhorar alguns índices de qualidade de vida, mas não para acabar com a pobreza, a miséria e a fome.

As políticas públicas que são desenvolvidas pelos países com base neste modelo objetivam diminuir os índices de pobreza, mas não conseguem ser a solução para o problema porque, dentre outros limites e incongruências, não considera questões estruturais inerentes ao modelo econômico capitalista que dentro da sua lógica de reprodução, mantém os países subdesenvolvidos numa condição dependente perante países mais ricos, e com pouca margem para superar os limites impostos, dentre outros: pelo baixo desenvolvimento tecnológico, pelas trocas comerciais desiguais e a dependência financeira.

Além disso, a continuidade de políticas sociais de superação da pobreza, que tem por objetivo principal promover as condições necessárias para que os indivíduos possam desenvolver suas “capacidades”, não se verifica em qualquer situação econômica e, muitas vezes, limites são impostos para os gastos públicos mesmo que isso cause danos àquelas políticas já em curso, tudo isso para não afetar um modelo de crescimento econômico que prioriza a manutenção das grandes riquezas e o aumento do lucro e diminuição dos custos, mesmo que tal ação signifique piora das condições de trabalho, através do aumento da carga horária, da exigência por maior produtividade e/ou da

diminuição dos salários dos trabalhadores.

Para Mendonça (2012), os programas sociais em curso não resolvem a questão, no entanto, servem para dar condições a indivíduos ou a uma determinada parcela da sociedade de superar as condições iniciais de pobreza e exclusão, o que é de grande mérito. Porém, essas políticas não alteram as condições que tornam recorrentes a reprodução da desigualdade e da pobreza nos países periféricos.

Pinheiro (2012) ao realizar uma análise sobre a abordagem das capacidades de Sen, diz que:

[...] os citados estudos internacionais fornecem evidências empíricas de que a relação positiva entre o crescimento econômico e o aumento da expectativa de vida é magnificada quando o crescimento é apoiado por um conjunto de políticas públicas voltadas para o aumento das oportunidades sociais, tais como as políticas de educação básica, saúde, seguridade social, reforma agrária etc. Vale dizer, os países que cresceram com base em um sólido conjunto de políticas sociais (como é o caso geral dos países do Leste e do Sudeste Asiático nos últimos trinta anos), experimentaram um aumento da expectativa de vida de suas populações maior do que o de países que cresceram sem uma devida preparação social (Índia e Paquistão, por exemplo). Portanto, a experiência internacional nos apresenta indícios de que a expectativa e a qualidade de vida das populações são afetadas mais diretamente por certas políticas sociais (educação e saúde, dentre outras) do que pelo crescimento econômico puro e simples. (PINHEIRO, 2012, p.36)

Portanto, construir e ampliar políticas públicas no sentido de fortalecer a educação, dentre outras políticas sociais, desde o ensino infantil até o ensino superior, seria essencial para promover o desenvolvimento humano e conseqüentemente melhorar a vida das pessoas em qualquer país independente do regime político ou econômico.

Desenvolvimento e Educação superior.

Qual o papel das universidades na sociedade O que se esperar da educação superior diante da globalização e de um mundo com antigos e novos problemas: como a pobreza, a fome, a desigualdade, os conflitos por poder, por religião, as questões ambientais, entre tantos outros, que precisam de soluções para que o desenvolvimento social, humano e sustentável seja alcançado.

Os benefícios da educação superior podem ter um caráter individual (melhoria do rendimento e da produtividade, aumento dos cuidados com a saúde, e da participação comunitária) e social (redução da pobreza, abertura para debates conflituosos na sociedade: ambiental, de gênero, raça, etnia, etc.), avanço científico e tecnológico, busca por liberdades individuais e coletivas, vantagens econômicas, ou seja, a atuação das universidades na sociedade pode ser vista em vários campos e através de várias ações: no ensino, na pesquisa, na extensão, no desenvolvimento tecnológico, na formação para o trabalho e para a ação cidadã - tudo isso são mecanismos para o desenvolvimento local e humano.

Segundo Santos (2013, p. 33), a partir de um estudo realizado sobre desenvolvimento local focado na presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no bairro Salobrinho em Ilhéus, observa-se a importância da universidade porque a mesma é “fonte de conhecimento, de cultura e de compreensão política” como também é lócus para a transformação da sociedade. Além disso, pode contribuir para o desenvolvimento das comunidades locais através dos projetos de Estado desenvolvidos via universidade, como também através dos seus projetos de pesquisa e extensão. Mas, ainda segundo Santos (2013), a própria presença da universidade já cria um ambiente para a atração de investimentos comerciais, favorecendo o desenvolvimento econômico e contribuindo para a transformação do espaço geográfico, provocando alterações ambientais, na ocupação humana, na estrutura urbana, no comércio local, entre outros.

A universidade deve desenvolver o tripé ensino, pesquisa e extensão. Segundo ressalta Sobrinho (2005, p. 78) “São as universidades públicas as que mais produzem pesquisas e inovações tecnológicas que aumentam a produtividade geral e estão voltadas ao atendimento de problemas e necessidades que as sociedades apresentam”.

Para Milton Santos, o atual período técnico-científico e informacional no qual vivemos, do qual a técnica está unida com a ciência, tornando-se cada vez mais um dado que carrega conteúdo informacional, tem tornado o mercado cada vez mais global e em conjunto - técnica, informação, ciência e tecnologia - formam a base mais imprescindível para a existência do mercado global e da “produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato” (SANTOS, 2009, p. 238). Nesse sentido, espaços dotados de maior conhecimento possuem mais força e recursos, pelo menos os de caráter econômico e produtivo, para superar possíveis dificuldades locais ou naturais, alcançando retornos mais lucrativos em relação a regiões ou locais desprovidos de instrumentalização técnica e científica.

O papel da extensão para o desenvolvimento local, social e humano já é intrínseco aos seus objetivos, a perspectiva é levar o conhecimento produzido nas instituições de ensino para dentro da comunidade e vice-versa.

Segundo Coelho (2010), a partir da década de 1980, o conceito de extensão universitária passou a considerar os aspectos ligados à concepção social e acadêmica da função social da extensão (para além dos conceitos de extensão como assistencialismo e prestação de serviço), valorizando a responsabilidade social das instituições.

Porém, o maior desafio ainda é construir soluções com a sociedade participando de todo o processo, e isso é essencial para obter resultados realmente satisfatórios que resulte em uma melhor qualidade de vida e aumente as capacidades humanas daqueles que estão envolvidos nesses projetos.

Na atual proclamada “sociedade do conhecimento”, o crescimento econômico está vinculado ainda mais com o desenvolvimento científico e tecnológico, no entanto, a forma desigual de acesso aos fatores de geração de riqueza entre pessoas, lugares e nações é uma das causas que geram processos de desigualdade socioeconômica. Neste sentido, o acesso desigual ao conhecimento e aos processos de geração e reprodução da ciência e da tecnologia também instaura dinâmicas que geram desigualdades e exclusão.

Neste contexto, países como o Brasil que ao longo do tempo têm sofrido com problemas gerados por crises econômicas e políticas, com reflexos históricos nas condições de pobreza e desigualdade social, tem um desafio ainda maior para criar condições estruturais e desenvolver uma cultura de ciência e tecnologia no país e, conseqüentemente, gerar processos de inovação necessários as constantes e rápidas mudanças do mercado e da sociedade.

O município de Cachoeira/Ba.

Cachoeira está localizada na região do Recôncavo Baiano, a 111 km da capital de Salvador e 46 km de Feira de Santana. Ocupa uma área de 395 km² com densidade demográfica de 81, 03 hab./ km². (IBGE, 2016).

Cachoeira exerceu até meados do século XIX grande influência econômica, sendo considerada uma das cidades mais ricas e populosas do país e, até meados do século XX, exerceu um papel articulador na Região e no Estado, perante outras cidades do Recôncavo. Porém, as crises da agroindústria açucareira e fumageira, a chegada da Petrobras em meados do século XX (Cachoeira não fazia parte dos municípios produtores) e, posteriormente, à mudança na estrutura dos transportes, com o asfaltamento da BR 101 e BR 324, localizados distantes da estrutura urbana de Cachoeira, alterou o modo de transportar mercadorias, causando uma nova crise na economia da cidade, devido ao esvaziamento do seu porto marítimo e a desarticulação do transporte ferroviário.

A partir da década de 1980, surgiram políticas públicas estaduais de financiamento do potencial turístico da Cidade, com base na sua riqueza material e imaterial, iniciando um processo de desenvolvimento, ou no máximo de crescimento econômico, por meio do investimento em turismo cultural, incluindo, nesse processo, não só o acervo arquitetônico, mas também o turismo étnico.

Porém, só mais recentemente, a partir do Programa Monumenta, que Cachoeira passou a receber maiores investimentos relacionados com as políticas públicas na área da cultura e do patrimônio, iniciando uma maior dinâmica econômica advinda do incremento de recursos e do turismo na cidade. O Programa Monumenta, do Governo Federal, para preservação de cidades históricas de responsabilidade do IPHAN, iniciou suas ações na Cidade em 2002, recuperando inúmeros imóveis públicos e privados.

Cachoeira: Pós UFRB/CAHL.

Outro importante fator responsável por dinamizar a economia da cidade de Cachoeira foi à instalação de um Centro da UFRB que, juntamente com outras políticas públicas, como o programa Monumenta, impulsionaram a retomada do crescimento na cidade a partir do início do século XXI. Em Cachoeira se instalou o Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL com 10 cursos de graduação e 3 cursos de pós-graduação, atualmente. A chegada de novos servidores e estudantes na cidade criaram várias demandas, como: transporte, alimentação, impressão, papelaria, moradia, lazer, etc., alterando a estrutura do comércio e dos serviços até então existentes no município.

As transformações foram no sentido de atender as necessidades dos novos consumidores e usuários, resultando em um processo de modernização dos espaços e alterando o cotidiano dos seus antigos moradores. Em Cachoeira é perceptível, desde a instalação do CAHL, a abertura de pequenos estabelecimentos comerciais, supermercados, restaurantes, novas casas de aluguel, franquias, etc.

Nesse processo, a depender da forma como a política pública se apresenta no local, isso pode acarretar benefícios apenas para uma parte da cidade e dos seus moradores ou de investidores vindos de fora, ocasionando a exclusão da maioria. Isso demonstra a importância do processo de elaboração das políticas públicas, a fim de amenizar as contradições e o surgimento de resultados divergentes do que foi planejado.

Assim, para que aconteça um processo de desenvolvimento na perspectiva do desenvolvimento humano, indo para além do crescimento econômico, o qual é percebido com a chegada da universidade em cidades como às do Recôncavo Baiano, é necessária uma atuação da própria Instituição no sentido de se relacionar melhor com a cidade e seus moradores, identificando e atuando sobre os conflitos e contribuindo com ações que promovam o desenvolvimento local.

A implantação da UFRB em Cachoeira, em 2006, dinamizou a economia e trouxe diversas externalidades positivas para a Cidade. Uma universidade, além de promover investimentos, elevar a renda, a poupança e trazer recursos financeiros para a cidade, também é capaz de elevar e disseminar o conhecimento, promover a cultura e a arte, como também favorecer a participação política da comunidade, além de contribuir com inúmeras mudanças no modo de produzir, pensar e agir da sociedade. Todas essas contribuições são capazes de promover a melhoria de fatores como: educação, saúde, trabalho e renda, consciência política e comunitária, condições ambientais, entre tantos outros fatores que são fundamentais para o desenvolvimento humano no âmbito local. Por tudo isso, o efetivo compromisso da UFRB com o local é tão importante e necessário, principalmente diante de um país cheio de desigualdades e contradições e, especificamente, por conta das precárias condições econômicas e sociais em que ainda vive parte da população do Recôncavo e da cidade de Cachoeira.

Com a implantação da UFRB no Recôncavo Baiano em 2005 se concretiza uma ação estatal que esperava promover o desenvolvimento regional e local das cidades, e da sua zona de influência.

Na medida em que se criaram novas dinâmicas: com a instalação da UFRB e seus equipamentos, com a vinda de pessoas (servidores públicos e alunos), de recursos financeiros, com a expansão da rede elétrica, de comunicações e de transporte e, conseqüentemente, com o surgimento de novas funcionalidades em estruturas e equipamentos tradicionais ou abandonados, a vida nesses espaços é reestruturada, implicando em uma nova configuração, trazendo dinamismo para a economia local, porém, criando tensões e conflitos socioculturais.

Considerações Finais

Nesse trabalho, buscou-se analisar o papel do CAHL/UFRB no âmbito do desenvolvimento local da cidade de Cachoeira, compreendendo a Instituição enquanto agente fomentador e indutor do desenvolvimento local numa perspectiva ampla, tendo em vista a relação da universidade com a comunidade e as contribuições da mesma em questões econômicas, sociais, culturais, educacionais, etc.

Ao longo do trabalho e do levantamento dos dados primários e secundários, obtidos por meio de entrevistas as lideranças locais do município, de bibliografia, dos documentos oficiais, de dados censitários e consultas a sites governamentais sobre Cachoeira, percebeu-se que a UFRB alterou a produção e o uso do espaço urbano do Município e contribuiu, como principal agente, com o seu dinamismo econômico. É notório o fortalecimento da economia local, em grande parte motivado pela chegada da instituição, visualmente perceptível pelo aumento dos empreendimentos comerciais e do oferecimento de novos serviços, como transporte, educação e saúde. Além disso, a CAHL tem sido de grande relevância para a valorização da cultura local.

Contudo, para cumprir o seu compromisso com o desenvolvimento local e regional, conforme preceitua a própria Universidade em seus documentos oficiais, desde a sua instalação nessa Região em 2005, a UFRB necessita contribuir, na medida de suas possibilidades e juntamente em parceria com outras instituições, com o avanço de outros indicadores, principalmente no que se refere à melhoria das condições de vida da população em geral, por meio da qualificação do trabalho e da produção; da valorização dos mecanismos de participação popular; com participação em projetos para melhorar a infraestrutura urbana e para um meio ambiente mais saudável.

Para que a Universidade possa realizar tal contribuição, a sua estrutura e organização, e o tripé ensino, pesquisa e extensão, precisam estar direcionados e engajados em ações que visam a efetivação dessa missão na região e nas cidades que sediam os seus Centros de Ensino. O CAHL, situado em Cachoeira, demonstra uma relação pouco aprofundada com a comunidade, que precisa melhorar. Para tanto, necessita implantar mecanismos de comunicação com a sociedade e seus grupos culturais e sociais, trazendo benefícios à comunidade, e possibilitando a realização de ações conjuntas com maior frequência.

Diante disso, para que a Instituição possa realizar todas as suas demandas, como formar pessoas qualificadas, desenvolver a ciência em um mundo sem fronteiras e agir localmente, promovendo a extensão, se faz necessário que a mesma tenha condições de se reestruturar, de formar parcerias com outras instituições e buscar sempre a participação da sociedade, principalmente quando objetiva contribuir com o processo de desenvolvimento local/regional de forma direta, mesmo diante cenários político-econômicos adversos.

As universidades públicas são agentes do desenvolvimento e de transformação dos espaços onde se instalam. Em regiões pobres e em pequenas e médias cidades, a exemplo do município de Cachoeira, sua influência torna-se ainda mais visível. A UFRB dinamizou as relações econômicas e alterou a estrutura e a organização espacial da cidade, modificando costumes e o modo de vida local, além de contribuir com uma maior disseminação do conhecimento.

Mas a melhoria da qualidade de vida ainda carece de muitos esforços e apoio de vários agentes, e o CAHL/UFRB é um elemento-chave desse processo. A Instituição pode contribuir nas várias dimensões do desenvolvimento, fortalecendo a mobilização e a participação da comunidade nos projetos de interesse da sociedade e do próprio Centro de ensino, deixando de ser uma universidade **no** local para tornar-se, de fato, uma universidade **do** local, enraizando-se ao território.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, jun. 2001. Disponível em: . Acesso em: 10 de maio de 2015.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a Democracia e o Desenvolvimento Local**: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

CATALÃO, Igor. **A propósito da dialética socioespacial e dos movimentos sociais**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/3633/2884>. Acesso em: 17 de fev. de 2016.

COELHO, Hugo Ricardo da Palma. **Para uma Universidade Socialmente Responsável. A Extensão Universitária como motor de Desenvolvimento Local. Estudo Exploratório da ITES – UFBA**. Dissertação (Mestrado). Instituto Universitário de Lisboa, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.phplang=&codmun=290490&search=bahia|cachoeira>. Acesso em 19 de jul. de 2016.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade Pública e Desenvolvimento Local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003.

MENDONÇA, Luiz Jorge V. Pessoa de. Políticas sociais e luta de classes: uma crítica a Amartya Sen. Porto Alegre: **Textos & Contextos**, v. 11, n. 1, p. 65-73, jan./jul. 2012.

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. **Qualidade de vida: Abordagem, conceitos e avaliação**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n2/07.pdf>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2017.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. **Texto para Discussão, nº 1794**. Rio de Janeiro, IPEA, novembro, 2012. Disponível em: . Acesso em: 17 de fev. de 2016.

SANTOS, José Ricardo Rosa dos Santos. **Universidade Pública e Desenvolvimento Local: a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no bairro do Salobrinho em Ilhéus, Bahia, no período de 1991 a 2008**. Ilhéus: Editus, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como expansão das capacitações. In: FUKUDA-PARR, Sakiko; SHIVA KUMAR, A.K (Ed.) **Desenvolvimento Humano: leituras selecionadas**. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, PNUD, 2007a, p.43-61.

SOBRINHO, José Dias. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

[1] O conceito de qualidade de vida é abordado por diversas ciências e concebido de diversas formas, como sinônimo de saúde; satisfação com a vida, etc. As diversas definições também podem atribuir fatores subjetivos e objetivos, tornando-o ainda mais complexo. Conforme cita Pereira, Teixeira e Santos (2012, p. 244) os conceitos mais aceitos de qualidade de vida buscam incluir uma multiplicidade de dimensões. “O principal exemplo que pode ser citado é o conceito preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no qual qualidade de vida reflete a percepção dos indivíduos de que suas necessidades estão sendo satisfeitas ou, ainda, que lhes estão sendo negadas oportunidades de alcançar a felicidade e a auto realização, com independência de seu estado de saúde físico ou das condições sociais e econômicas (OMS, 1998)”.

Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e

Segurança Social, UFRB. E-mail: ozana.silva@ufrb.edu.br.